



Munich Personal RePEc Archive

**Moral risk and adverse selection in
financial intermediation in the credit
market.**

ALFAZEMA, ANTONIO and FILIPPI, Eduardo

Universidade J. Chissano-Moçambique, Universidade Federal do Rio
Grande do Sul-Brasil

13 August 2020

Online at <https://mpra.ub.uni-muenchen.de/102393/>
MPRA Paper No. 102393, posted 19 Aug 2020 13:58 UTC

Risco moral e seleção adversa na intermediação financeira no mercado de crédito.

António J. Alfazema¹

Eduardo Ernesto Filippi²

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir o risco moral e a seleção adversa em intermediários financeiros no mercado de crédito. O risco moral e a seleção adversa são os conceitos básicos para compreender as funções dos procedimentos do intermediário financeiro no mercado de crédito, muito importantes para o sistema financeiro de um país. Com o advento da globalização, os fluxos de capitais no mercado continuam a crescer, por meio de melhores intermediários, é proporcionada uma distribuição mais eficaz e a forma de transações é reorganizada de forma mais segura e transparente. É importante notar que o desenvolvimento da tecnologia e dos sistemas financeiros se promovem, evitando o risco moral e evitando escolhas desfavoráveis. O estudo constatou que o risco de crédito decorre da falta de desempenho do devedor, que pode ser o resultado da própria deficiência ou falta de vontade do devedor em suportá-lo. A qualidade da informação ocupa um lugar importante na análise econômico-financeira das empresas clientes.

Palavras chave: Risco moral; Seleção Adversa; Intermediação financeira; Crédito.

Abstract

The purpose of the article is to discuss moral hazard and adverse selection in financial intermediation in the credit market. Moral risk and adverse selection are fundamental concepts for understanding the operation of the financial intermediation process in the credit market, which is very important for a country's financial system. With the advent of globalization, markets are showing an increase in capital flows, providing more efficient allocations, through better intermediation, restructuring the forms of transactions with more security and transparency. It is important to note that technological and financial system development are mutually stimulating, thereby avoiding moral hazard and consequently adverse

¹ *Doutor em Estudos Estratégicos internacionais pela Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); docente e pesquisador no Centro de Estudos Estratégicos Internacionais (CEEI/UJC)-Mocambique. E-mail: antonioalfazema@gmail.com*

² *Doutor em Economia Política pela (Université de Versailles - Saint-Quentin-en-Yvelines), França, Professor associado na Faculdade de Ciências Económicas, no programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul-(UFRGS)-BRASIL. E-mail: Edu_292000@yahoo.com.br*

selection. The study finds that credit risk stems from a debtor's lack of performance, which may be the result of his own disability or unwillingness. The quality of information assumes a prominent place in the economic and financial analysis of the client company.

Key words: Moral hazard; Adverse Selection; Financial intermediation; Credit.

INTRODUÇÃO

O Artigo discute os contornos de risco moral e seleção adversa no mercado de crédito, com enfoque para intermediação.

Na relação entre banco e empresa, encontramos um conjunto de operações que se observa através de atitude de confiança mútua entre os agentes baseada na atitude e credibilidade das ações tomadas. De acordo com Gambetta (1988), confiança é definida como um nível de probabilidade subjetiva. Nesta probabilidade subjetiva, um agente avalia o comportamento produzido ou será produzido por outro agente, e seu próprio comportamento também é afetado por outra avaliação da agência. COSTA (2001) apontou que a confiança pode resolver os complexos problemas decorrentes dos relacionamentos e, em certa medida, reduzir o ambiente incerto de estabelecer relacionamentos.

Baseando-se numa metodologia qualitativa assente no método histórico, observação participante dos fatos e pesquisa bibliográfica, o trabalho está estruturado em três partes. A primeira parte fala de risco moral; a segunda parte discute a seleção adversa no financiamento de crédito e a terceira parte discute a assimetria de informação na intermediação financeira de crédito. No final da análise constata-se que a seleção adversa ocorre porque os tomadores conhecem melhor o emprestador a sua capacidade de saldar a dívida. O risco moral ocorre quando o tomador desvia o crédito para outras atividades de alto risco, aquém da previamente contratada, sendo que esta oferece maiores retornos ao investimento, mas que conseqüentemente pode comprometer o pagamento da dívida.

Risco Moral

Segundo Simões (2003), o risco moral é um dos principais problemas causados pela assimetria de informação. Quando se trata de risco moral, percebemos que uma parte do contrato não reúne condições ou mecanismos para entender o alcance do comportamento e a

atitude da outra parte, e isso geralmente ocorre em contratos de trabalho, contratos financeiros e prestação de serviços. Contratos de serviço e seguro. O risco moral é caracterizado pelo fato de que o segurado pode influenciar a probabilidade de ocorrência ou a intensidade de recorrência do evento que produz o pagamento. Para Bonatto (2003), “após o início da relação econômica, quando o comportamento do agente pode ser verificado ou o agente obtém informações privilegiadas, existe o risco moral”. No problema de risco moral, quando ocorre uma relação (transação econômica), os participantes têm a mesma informação; o problema de assimetria de informação é causado pelo seguinte fato: após a assinatura do contrato, o principal não pode observar e / ou monitorar integralmente o agente comportamento / esforço. (BEBCZUK, 2002). O risco moral é entendido como a capacidade de uma obrigação, que se baseia na informação e apenas no controle parcial do credor, de utilizar os recursos emprestados de forma diversa da pactuada pelo credor.

O risco moral é dividido em dois tipos: 1) Informações ocultas (o agente mantém algumas informações relevantes em sigilo do credor, pois essas informações prejudicam seu registro na instituição financeira, o que porá em risco a liberação do financiamento); 2) comportamento oculto (o comportamento do agente não é observável nem observável não verificável, ou seja, o principal não pode avaliar Portanto, a observabilidade tem o efeito de impor restrições ao contrato, restringindo assim o comportamento dos atores que podem ser punidos a quebra do contrato. (AZEVEDO et al. 2004; KAUFMANN, F., PARLMEYER, W., 2000, p. 5.

Para Braga (2000), apud administrators.com, “para ações tomadas por devedores que levem o risco moral, existem três incentivos: (i) o custo da inadimplência é menor que o custo do pagamento da dívida; (ii) no caso de inadimplência do credor a possibilidade de renegociar em benefício do devedor é mais favorável do ponto de vista; (iii) Quando o credor não observa os esforços do devedor para se envolver em um empreendimento financeiro ". Se o racionamento é uma solução possível para o problema da seleção adversa, então a ocorrência de risco moral gerará custos adicionais devido à necessidade de monitorar o comportamento dos devedores bancários. Em relação à seleção adversa, Bonetto (2003) destacou que o problema da seleção adversa ocorre antes da assinatura do contrato, e uma parte sabe mais sobre o acordo do que a outra. Se houver a intenção de estabelecer um relacionamento com o comprador para transações

futuras, ou se o mercado em questão for supervisionado por especialistas externos, haverá pouco incentivo para a parte informada tentar usar sua vasta quantidade de informações. No entanto, muitas vezes ocorrem problemas de informação, levando a desvios de eficiência.

Seleção Adversa

Para Mishkin (1991), entende a seleção adversa é um dilema de assimetria de informação que acontece antes da transação ocorrer. Os maus tomadores de empréstimos são, na verdade, a maioria dos tomadores que buscam financiamento porque sabem de antemão que sua probabilidade de reembolso é muito baixa. Uma vez que a seleção adversa torna os empréstimos mais propensos a enfrentar um risco de crédito maior, mesmo que haja um bom risco de crédito no mercado, o credor pode decidir não conceder quaisquer empréstimos. Para Psico (2010, p. 24), o problema da seleção adversa surge porque diferentes devedores têm diferentes probabilidades de assumir dívidas. O autor destaca que a seleção adversa ocorre quando a informação insuficiente sobre os potenciais mutuários leva a uma seleção inadequada (desfavorável) de projetos que requerem financiamento. O motivo da seleção adversa é que os mutuários sabem mais claramente que são capazes de pagar dívidas em relação aos credores, quando o mutuário transfere a linha de crédito para outras atividades de alto risco (inferiores à linha de crédito assinada anteriormente), um risco moral surgirá, o que trará um maior retorno do investimento, mas poderá, portanto, prejudicar o pagamento da dívida. Portanto, há uma grande oportunidade de conceder crédito a devedores inadimplentes, o que prejudica as linhas de crédito fornecidas pelas instituições financeiras. (AZEVEDO et al., 2004, p. 270).

Para Stiglitz e Weiss (1981) compreenderam que, em geral, o mercado de empréstimos pode obter as características de racionamento de crédito de empréstimos e riscos de empréstimos, mas a taxa de juros calculada pela própria taxa de juros do banco pode afetar o risco. Para o caso de empréstimos, empréstimos: 1) selecionar potenciais mutuários (efeito de seleção adversa) ou 2) influenciar o comportamento dos mutuários (efeito de incentivo). Ambos os efeitos vêm diretamente das informações imperfeitas remanescentes no mercado de empréstimos depois que os bancos avaliaram os pedidos de empréstimo. Quando o preço (taxa de juros) afeta a natureza da transação, também pode falhar na limpeza do mercado pois seleção adversa das taxas de juros é o resultado da probabilidade de diferentes mutuários pagarem seus empréstimos. O retorno esperado do banco depende obviamente da possibilidade de reembolso, portanto, o banco

espera determinar o mutuário com maior probabilidade de reembolso. O autor enfatiza que é difícil identificar "bons proprietários" porque isso exige que os bancos usem vários dispositivos de classificação, como a taxa de juros de indivíduos que desejam pagar pode servir como uma dessas ferramentas de triagem; indivíduos que desejam Em média, pagar altas taxas de juros pode enfrentar riscos maiores: eles estão dispostos a tomar empréstimos com altas taxas de juros porque percebem que a possibilidade de reembolso é baixa. (STIGLITZ; WEISS, 1981).

À medida que as taxas de juros aumentam, o "risco" médio dos tomadores de empréstimos aumenta, o que pode reduzir os lucros dos bancos, da mesma forma, à medida que as taxas de juros e outros termos do contrato mudam, o comportamento do mutuário também pode mudar, por exemplo, aumentar as taxas de juros reduzirá o retorno de projetos bem-sucedidos. Provaremos que taxas de juros mais altas induzirão as empresas a empreender projetos com menor probabilidade de sucesso, mas maiores retornos quando bem-sucedidos. Em um mundo em que as informações são completas e gratuitas, os bancos especificam com precisão todas as ações que os mutuários podem realizar (STIGLITZ; WEISS 1981).

A segunda maneira que as taxas de juros afetam os retornos esperados dos empréstimos dos bancos é mudando o comportamento dos tomadores. Os interesses de credores e devedores não coincidem. (STIGLITZ; WEISS et al., 1981). Os mutuários só se preocupam com o retorno do investimento quando a empresa não está falida e os credores só prestam atenção ao comportamento da empresa no âmbito que afeta a possibilidade de falência da empresa e o regresso no estado natural da falência da empresa. Portanto, uma vez que o mutuário não pode monitorar o comportamento do mutuário de forma totalmente gratuita, o banco irá considerar o impacto das taxas de juros no comportamento do mutuário. A característica básica relacionada ao principal (credor) e ao agente (tomador) é a assimetria informacional, ou seja, quando uma das partes possui as informações necessárias para o negócio, este não e essa relação leva a dois problemas comerciais: risco moral e seleção adversa. No primeiro caso, refere-se ao fato de o agente utilizar as informações em seu próprio benefício após a redação do contrato, causando prejuízo ao principal.

Para o autor, outro fator que precisa ser enaltecido na teoria da informação assimétrica é a incerteza, ou seja, não há condição de prever todas as formas de eventos inesperados. que possam ocorrer durante o estabelecimento do contrato, sendo necessário para emergências e as

modificações devem ser feitas e devem ser negociadas uma a uma pelas partes relevantes. Na verdade, especialmente devido à existência de racionalidade limitada e oportunismo, não existe um contrato completo que possa proteger o povo de todas as formas possíveis e devido à complexidade do contrato e às limitações humanas, sempre haverá defeitos ou lacunas. (AZEVEDO et al., 2004). A característica de um tomador de crédito é definida como a intenção de pagar, e para Schrickel (1998), “essa é a história do cumprimento das obrigações do cliente,” e Ross (1995) acredita que “essa é a disposição do cliente em cumprir suas obrigações.” Como explicou Silva (1993), avaliar o caráter de alguém pode ser muito difícil, pois a experiência da empresa e de outros fornecedores pode fornecer uma boa avaliação da pontualidade do mutuário no cumprimento de suas obrigações. O autor também destacou que a pontualidade pode não ocorrer por falta de caráter, mas também pode estar relacionada à falta de recursos, o que acaba dificultando a determinação do mérito de pessoas físicas ou jurídicas, pois existem alguns tipos de desacordo que podem ajudar na avaliação do caráter e estes incluem: a) índice de pontualidade; b) protesto; c) falência; d) falência; e) busca e apreensão; f) processo de execução; g) cheques sem fundos; h) inadimplência ou atraso no pagamento de impostos; ei) intervenção do governo.

Em termos de capacidade, (Silva, 2008) e Segura (2016) entendem que capacidade refere-se à, capacidade empreendedora de um indivíduo ou grupo de indivíduos e ao potencial de produção ou comercialização de uma empresa e atendendo a capacidade de crédito solicitada pelos clientes, que se baseia na análise e avaliação das demonstrações financeiras, com foco no fluxo de caixa disponível para o pagamento da dívida. É importante que o analista de crédito compreenda a decisão estratégica e a estrutura organizacional da empresa que está sendo avaliada, ou ainda, compreenda o proponente, seu potencial de pagamento, obtenha materiais de referência e busque o máximo de informações para cumprir a função principal de prover o que será recebido no futuro Crédito.

Para o autor, outro fator que precisa ser enaltecido na teoria da informação assimétrica é a incerteza, ou seja, não há condição de prever todas as formas de eventos inesperados.

"Se uma pessoa mostra a habilidade de dirigir seu próprio negócio de uma maneira que faz seu negócio florescer, então ela mostrará a habilidade de manter suas promessas." Capital se refere à economia e finanças de uma empresa ou um indivíduo que pretende obter crédito, ainda

podemos defini-lo como a solidez financeira do requerente, ativos e recursos que podem ser usados para pagar suas dívidas. De acordo com a definição de crédito de Gitman (2004), as condições econômicas são o setor geral e o setor atual, bem como quaisquer condições especiais relacionadas a transações específicas. Segundo Silva (1993), alguns fatores internos e macroeconômicos precisam ser considerados na análise de crédito e Schrickel (1998), afirma que a condição da análise de crédito é a avaliação do momento a ser pago, e a transferência da discussão e dos resultados obtidos da análise das demonstrações contábeis e financeiras da empresa e do mercado para o momento da concessão provavelmente está desatualizado. Para o autor, a garantia refere-se à capacidade do cliente de fornecer garantias complementares corresponde à prestação de bens em garantia em caso de inadimplência e o mesmo autor ressalta que deve ser tangível a garantia real que pode ser: a) fiança; b) hipoteca; c) descoloração; d) alienação fiduciária. Em uma garantia pessoal, o devedor só precisa cumprir o compromisso de contraprestação, e o credor fica satisfeito com a garantia geral que pode ser fornecida aos ativos atuais e futuros do devedor, e a dívida não tem correspondência com os ativos específicos do devedor, mas sim, possui todos os ativos. A garantia pessoal pode ser: a) fiança; b) fiador e existem quatro tipos principais de riscos na atividade bancária, a saber: risco operacional, risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado, que merecem atenção especial. (ALCARVA 2011).

Assimetria de informação no mercado de crédito

Geralmente, na pesquisa teórica em economia, assume-se que as mercadorias negociadas entre compradores e vendedores são mercadorias com características sobejamente conhecidas, independentemente de serem fornecedores ou proprietários de mercadorias. ou consumidores e indivíduos interessados em adquirir tais mercadorias. No entanto, em muitos casos, essas considerações não podem ser consideradas absolutamente corretas pois no dia a dia, muitas vezes acontece que o vendedor conhece a qualidade e os defeitos do produto que está sendo comercializado melhor do que o comprador e além disso, quando uma parte envolvida no contrato possui informações mais relevantes do que a outra parte, pode-se dizer que há assimetria de informação (ou informação assimétrica).

No entanto, foram descobertos dois problemas que tornam difícil para as empresas tentarem vender informações diretamente aos investidores. O primeiro é a adequação dos ganhos

da empresa - um aspecto bem conhecido das informações "bens públicos" que os compradores de informações podem compartilhar ou transferir para o seu. As informações são revendidas para terceiros sem redução do seu uso, a empresa pode pagar apenas parte do custo que o comprador está disposto a pagar. Segundo Cruz (2016), o segundo problema com as informações de vendas está relacionado à credibilidade do treinamento e pode ser difícil ou impossível para os usuários em potencial distinguir informações boas de informações ruins. Nesse caso, o preço da informação refletir na sua qualidade média, e se for fácil entrar na empresa com informações de baixa qualidade, pode levar ao fracasso do mercado e as empresas que gastam muitos recursos para reunir boas informações sofrerão porque ganharão valor refletindo a baixa qualidade média. (LELAND et al., 1977; CRUZ, 2016). A ideia defendida por da Silva (2017) é que, para financiar projetos de qualidade, as informações devem ser transmitidas, e que o risco moral impedirá a transmissão direta de informações, porém, se o comportamento do empreendedor puder ser observado, informações sobre a qualidade do projeto podem ser transmitidas e um desses comportamentos observáveis devido às regras de divulgação é a Nesse caso, o preço da informação refletirá sua qualidade média, e se for fácil entrar na empresa com informações de baixa qualidade, pode levar ao fracasso.

O valor dos credores do projeto reflete as informações transmitidas e a venda de ativos financeiros ou títulos lastreados nesses ativos por intermediários financeiros nos seus balanços irá causar estes dois problemas de informação assimétrica. Por exemplo, se um empréstimo for concedido, o empréstimo iniciado por um intermediário geralmente fornecerá mais informações sobre o valor do empréstimo do que o potencial investidor. (MITCHELL, 2004). Além disso, no entanto, para os intermediários financeiros, em comparação com os bancos de investimento, o terceiro tipo de assimetria de informação (3) pode permitir que os intermediários que, vendeu os ativos reembalados ou títulos lastreados por eles e além disso, embora cada promotor possa ter uma boa compreensão do fluxo de caixa de seus próprios ativos ou grupo de ativos, em comparação com o organizador, eles geralmente não têm dados sobre o fluxo de caixa de outros promotores, e o organizador pode usar as informações. Gorton; Pennacchi (1990), com foco no segundo problema de informação assimétrica. Para intermediários financeiros, o governo pode

ter que fornecer seguro de depósito para tornar a dívida do intermediário livre de risco (GORTON; PENNACCHI, 1990).

Sobre o valor de confiar na relação entre bancos e empresas, Costa (2001) acredita que a relação entre bancos e empresas sofreu mudanças importantes nos últimos anos por conta do desenvolvimento tecnológico que tem facilitado a aquisição de informações e promovendo o aumento dos fluxos de capitais entre os países, ao mesmo tempo, esses fluxos de capital permitem acelerar a participação dos bancos nas atividades empresariais tornando o acesso mais fácil aos mercados financeiros e a intervenção de investidores estrangeiros nos mercados domésticos e podem ajudar a melhorar o papel dos bancos na gestão destas atividades respondendo ao crescimento dos mercados financeiros globais, os bancos desenvolveram vários serviços para fornecer análises e aconselhamento na formação de carteiras de investimento fornecendo novos produtos bancários, gerenciando carteiras de investimento e crédito relacionado a investimentos no mercado de ações, por outro lado, a competição entre os bancos tem se intensificado, manifestada na queda das margens de lucro financeiro e no aumento da diversificação dos instrumentos financeiros em termos de margem e crédito à empresa pois o contrato está incompleto porque é impossível considerar todas as condições naturais em que o contrato é executado durante a negociação. Assim, a confiança é gerada pelo relacionamento estabelecido entre os agentes, e a confiança é potencializada pela proximidade da localização geográfica do contratante com os bancos que têm relacionamentos próximos de longo prazo com empresas em áreas geográficas próximas devem visar especificamente essas empresas mas os desenvolvimentos tecnológicos e o acesso à informação subestimam a importância da confiança? como a confiança entre os agentes apoia o valor da reputação? por exemplo, se a empresa enfrenta problemas financeiros temporários, o banco pode agir de forma "egoísta" e se recusar a ajudar a empresa a superar as dificuldades, no entanto, essa atitude prejudicará a confiança e os benefícios de relacionamentos de longo prazo.

De acordo com Allegret e Baudry (1996), as empresas que deixam de pagar suas dívidas por dificuldades temporárias podem receber algum suporte dos bancos, no entanto, o banco espera que a empresa faça esforços para resolver suas dificuldades sobre a qualidade e a quantidade de informações prestadas pelas empresas aos bancos, Costa (2001), ressalta que outro problema no relacionamento entre bancos e empresas é o resultado da quantidade e qualidade das informações que os bancos exigem que as empresas forneçam, embora a rede de informações compartilhada entre entidades econômicas seja relativamente desenvolvida, tais obrigações geralmente são estipuladas em contratos, mas as informações não são fornecidas integralmente.

A assimetria de informação existe na relação entre empresas e bancos, de acordo com Diamont (1989), é necessário garantir a transmissão das informações quando a empresa precisa de um empréstimo, ela comunica as informações ao banco, no entanto, os empréstimos correspondem sempre a empréstimos a amortizar no futuro, o que dificulta a garantia total da realização dos empréstimos a priori se o problema não puder ser resolvido a posteriori, o banco poderá enfrentar risco moral e aumentará a possibilidade de inadimplência e por outro lado, ao utilizar as informações obtidas, o banco pode ganhar uma vantagem para analisar as condições futuras do empréstimo. Portanto, a qualidade das informações transmitidas pela empresa é fundamental. Portanto, a informação normalmente é formalizada pelo aumento da garantia exigida pela empresa e pela auditoria regular da conta da empresa. ”

Intermediação financeira na concessão do crédito

Segundo Andrade (2014), em um determinado período de tempo, a previsão de receita dos demais agentes é superior ao custo, o que faz com que as expectativas das pessoas muitas vezes sejam repassadas de geração em geração e por outro lado, os agentes deficitários esperam gastar mais dinheiro do que recebem em determinado período, resultando em saldos negativos em suas projeções financeiras, por sua vez, um agente equilibrado também alcançará um equilíbrio entre receitas e despesas e o dinheiro economizado pelos demais agentes e a demanda por agentes deficitários são óbvias oportunidades de negócios para ambas as partes, e neste sentido, os agentes podem ou não emprestar diretamente, assumir riscos e gerir o negócio ou contratar com a empresa para a realização desta atividade. Na segunda opção, as oportunidades estão abertas aos intermediários financeiros têm a função de ajustar a relação entre os sujeitos interessados em superávit econômico e déficit, observando o risco e a gestão operacional, e proporcionando recompensas profissionais na forma de diferenciais de taxas de juros, na verdade, os próprios bancos e intermediários financeiros são as funções mais tradicionais e importantes do setor bancário, e essa abordagem foi promovida por conceito “clássico” de intermediação financeira originalmente proposto por Gurley e Shaw (1955), os bancos estão apenas intermediando a transferência de recursos (poupança) de unidades excedentes para unidades deficitárias ao criar dinheiro.

Portanto, eles são apenas intermediários neutros para a transferência real de recursos na economia, e seu comportamento tem pouca influência na determinação das condições de

financiamento da economia e Os bancos comerciais atuam apenas como correias de transmissão, intermediários entre autoridades monetárias e agentes não financeiros, posteriormente desenvolvidos por Eugene Fama (1980). para ele, o papel dos bancos é apenas fornecer serviços de pagamento e as atividades bancárias são passivas na determinação das variáveis reais de preços e da economia: “como os bancos respondem aos gostos e oportunidades dos requerentes e fornecedores de ativos de carteira, eles são meramente intermediários, enquanto bancos competitivos de maneira geral, é passivo”(FAMA, 1980, p. 46).

Um artigo publicado originalmente em 1963 teve como objetivo determinar os determinantes do desempenho dos bancos comerciais com base em fatores relacionados às oportunidades de lucro dessas instituições e Tobin criticou o que chamou de "velha visão" do multiplicador bancário, ou seja, os bancos são os criadores "quase técnicos" do dinheiro, e a criação do dinheiro bancário é o resultado de um ajuste passivo de um determinado índice de reserva. Tobin afirmou que no novo banco comercial, o montante de reservas não é limitada pelo tamanho do banco porque o uso do sistema bancário das reservas disponíveis é variável. e depende das oportunidades de empréstimo e das taxas de juros. (TOBIN, 1987, p. 279). Na "nova visão" dos bancos comerciais, diversos modelos neoclássicos de empresas bancárias foram desenvolvidos o mais famoso é o modelo de Klein (1971) o que caracteriza os bancos como empresas que buscam maximizar lucros. Atenda às necessidades dos bancos e o grau em que a receita marginal dos ativos é igual ao custo marginal dos títulos refere-se aos tomadores e credores dos fundos. Esses modelos geralmente se concentram no problema de os bancos escolherem entre ativos rentáveis (empréstimos) e ativos líquidos (reservas monetárias), buscando soluções para otimizar a alocação de recursos entre prover receitas e empréstimos reembolsáveis que devem ser retidos com risco de liquidez insuficiente. Paula (1999) acredita que esses modelos têm dois aspectos principais: primeiro, eles usam os depósitos - passivos do banco - como dados, porque os depósitos são o resultado da "preferência" dos depositantes, o que torna os ativos e passivos do banco. Na abordagem bancária pós-keynesiana, Paula (1999) acredita que, como qualquer outro banco, a preferência dos bancos pela liquidez é baseada na expectativa de um futuro incerto, formando assim suas carteiras de investimento, coordenando a rentabilidade e Escala de preferência de liquidez. A geração de crédito e depósitos bancários e, portanto, a oferta de moeda na economia depende em grande parte dessa escolha e além disso, os bancos são vistos como agentes ativos que podem administrar dinamicamente as duas pontas do

balanço, isso significa que eles não influenciarão as preferências dos depositantes por meio de obrigações de sinistros e da introdução de inovação financeira, e tomarão a dívida como garantida, sendo uma empresa com expectativas e motivações próprias, o seu comportamento influencia de forma decisiva a situação de financiamento da economia e o nível de despesa dos agentes, afetando assim as variáveis econômicas reais, como os produtos e o emprego. Na verdade, teóricos pós-keynesianos como Keynes tendem a se concentrar nos aspectos macroeconômicos das atividades bancárias, enquanto a análise do comportamento dos bancos no nível microeconômico pode ser resumida como comentários intuitivos sem ser desenvolvida. Teoria bancária keynesiana (DYMSKI, 1988, p. 499).

No campo prudencial de bancos e outras instituições de crédito e sociedades de investimento, o comitê de supervisão bancária da basileia emitiu uma das recomendações mais importantes em 1988, sobre o acordo de Basileia, que visa fortalecer a integridade e estabilidade do sistema bancário internacional, reduzir a fonte de desequilíbrio da concorrência entre o banco nacional e o sistema bancário. Em Basileia I, tem como prioridade a determinação do nível mínimo de solvência da instituição para fazer face ao risco de crédito assumido, em outras palavras, é necessário fazer com que os próprios fundos próprios ou per capita tenham o valor mínimo que possa fazer frente aos riscos causados por suas atividades de crédito, e se sujeitar a outras regulamentações em 1996, de modo a não só fazer frente aos riscos de crédito, mas também aos riscos que também trazem para o mercado.

Segundo Silva (1993), o risco de crédito refere-se à probabilidade de não receber o valor repassado a um terceiro por meio de um compromisso de pagamento, podendo surgir diversos fatores, portanto, quem concede o crédito não consegue obtê-lo em tempo útil e o devedor não paga dentro do prazo acordado e a relação risco-retorno está implícita na linha de crédito e na inadimplência. A rentabilidade é o resultado das políticas e padrões de crédito utilizados, Caiado e Caiado (2008, p. 207), referiu que no âmbito do risco de crédito, o tomador da instituição não pode pagar juros e capital emprestado de acordo com o plano de reembolso contratual ou mesmo em data posterior, o que significa que os regulamentos necessários devem ser usados para compensar a perda. SENA-SILVA (2014).

Em relação às PMEs, a questão da avaliação de risco é mais complicada, a vulnerabilidade dessas empresas é indiscutível, principalmente porque se baseiam no binômio

“uma boa ideia mas com muito pouco capital” (SCHRICKEL, 1998, p. 62). Por outro lado, estas unidades de negócio apresentam características de difícil aplicação de modelos desenvolvidos com base em previsões estatísticas baseadas em indicadores económico-financeiros, que obrigam os analistas de crédito a um esforço extra e fazem com que os factores humanos desempenhem um papel fundamental no processo de decisão de crédito, por isso, devido à falta de financiamento bancário, muitas vezes é impossível desenvolver bons projetos, resultando na impossibilidade de geração de emprego e renda. Em um sentido amplo, isso promove a desaceleração do crescimento económico, e porque não dizer que o país carece de competitividade.

Segundo Bernstein (1997), a palavra risco deriva do italiano "risicare", e o italiano "risicare" deriva do latim "risicu", que significa correr riscos e este conceito é muito comum nas atividades humanas e existe em todos os comportamentos de gestão da empresa de risco de crédito com um método padronizado, os bancos usam uma variedade de técnicas para reduzir o risco de crédito que fica exposta ao risco tem sido garantido por intermédio de crédito com certa prioridade no seu todo ou em dinheiro ou títulos, o risco de empréstimo pode ser garantido por um terceiro ou os bancos podem comprar derivativos de crédito para compensar várias formas de risco de crédito. Além disso, o banco pode chegar a um acordo sobre os depósitos da mesma contraparte no empréstimo a pagar a eles desde que essas diversas tecnologias atendam aos requisitos de segurança jurídica. O risco de crédito se compara com as atividades de crédito de bancos e outras instituições financeiras, que do mesmo modo considerado como o risco de inadimplência de poucos ou de todos esses empréstimos. Para além de ser o principal risco bancário, é também o mais difícil de quantificar porque as instituições de crédito não conseguem recolher todas as informações necessárias. O risco de crédito resulta da incapacidade do devedor para cumprir, que pode ser por causa da própria deficiência ou quando o devedor não se mostra interessado em suportá-la. (Carneiro, 2017).

Para caracterizar a estrutura do principal risco de financiamento do banco, pode ser utilizada a relação entre o crédito concedido e o depósito obtido do cliente, que na ausência de corridas aos bancos, é uma fonte estável de financiamento. Os bancos que usam todos ou parte de seus depósitos para financiar crédito enfrentam riscos de liquidez menores, enquanto esses bancos apresentam riscos de crédito mais elevados. lacunas de financiamento são mais propensos

a assumir esse risco e, portanto, são mais dependentes do mercado de dívida, (BONFIM e KIM, 2012). Devido à crescente dependência do financiamento do banco de atacado, o risco de liquidez do financiamento e o risco de liquidez do mercado aumentaram (BRUNNERMEIER; PEDERSEN, 2008). Para Carneiro (2017), as instituições financeiras devem definir claramente suas necessidades de liquidez para se preparar para situações inesperadas e durante a crise, o controle ineficaz da liquidez foi a fonte dos problemas enfrentados pelas instituições financeiras, por outro lado, os bancos mais bem-sucedidos desenvolveram uma estratégia de gestão do risco de liquidez, que abrange todas as informações sobre a linha de negócios e determina as ferramentas de investimento, reduzindo assim os constrangimentos trazidos pela crise. Em relação aos riscos dos derivados financeiros, Caiado e Caiado (2008) listaram vários tipos de riscos, tais como risco de contraparte, risco de liquidez, risco de especulação, risco de informação e risco de origem humana:

Risco de Contrapartida: Nas operações que envolvem derivados financeiros, a contraparte perdedora pode não assumir as dívidas da contraparte vencedora, pelo que os rendimentos obtidos de forma legal podem ser convertidos em resultado inferior ao inicialmente esperado ou, em alguns casos, mais severo. No caso, mesmo em perda geral.

Risco de Especulação: A instituição não é contraparte do negócio. Caso a importância das operações estipuladas no contrato deva ser restaurada perante a contraparte vencedora, a liquidez será privada de liquidez, o que poderá impactar o seu negócio, principalmente quando o valor envolvido. Quando é considerada uma previsão importante.

Risco de Informação: Tais riscos são causados por informações insuficientes utilizadas para negociar certas transações envolvendo instrumentos financeiros. A utilização deste ou daquele tipo de fonte de informação requer uma análise prévia por parte dos operadores responsáveis pela negociação das transações de derivados financeiros.

Risco humano: É um erro involuntário que a operadora pode cometer ao negociar com outros agentes econômicos, às vezes em ambiente de alta pressão e alta velocidade, principalmente quando isso acontece em operação irreversível.

Bueno (2003) divide os riscos comuns da empresa em riscos internos e riscos externos. Os riscos internos enfrentados pela empresa são: a) riscos relacionados à produção e produtos; b)

riscos relacionados à gestão da empresa; c) riscos relacionados aos níveis de atividade; d) riscos relacionados à sua estrutura de capital; e) relacionados à falta de liquidez. Os riscos externos à empresa são: a) riscos relacionados a medidas políticas e econômicas; b) riscos relacionados a fenômenos naturais e eventos imprevisíveis; c) riscos relacionados ao tipo de atividade; d) riscos relacionados ao mercado; e) e Riscos relacionados ao tipo de negócio de crédito. A propensão a correr riscos está relacionada à personalidade de cada pessoa, podendo permanecer conservadora enquanto outras são mais inovadoras, isso se baseia nos padrões da política de crédito da empresa e pode trazer grandes conquistas para a organização.

A análise de crédito é baseada nos 5 Cs de crédito definidos (SCHRICKEL, 1998). Para ele, esses aspectos podem ser divididos em aspectos pessoais, aspectos financeiros e aspectos hipotecários. O aspecto pessoal da carta de crédito que cobre a personalidade e capacidade, capital, condições e garantias é um suplemento pessoal que as decisões não devem ser feitas com base em apenas um de C, estes devem ser considerados como um conjunto, e se for baseado em apenas um desses aspectos, pode causar problemas, que são causados por alguns fatores não considerados de outro C, afim de fortalecer a posição do banco na manutenção do crédito e remediar as fragilidades causadas pelos riscos, as garantias devem sempre ser exigidas, que podem ser constituídas por meio de compromissos com tomadores, terceiros ou distribuição de certos ativos no negócio de crédito. As garantias são particularmente importantes para os bancos decidirem se desejam conceder crédito aos clientes após analisar a viabilidade da garantia prestada e verificar o seu conhecimento, o banco terá maior segurança na concessão do crédito. (GONÇALVES2008, pág. 11).

Para a classificação de risco da empresa e características operacionais, as garantias exigidas devem ser definidas, o que significa que maiores garantias são fornecidas para o cumprimento das obrigações do devedor. As garantias dividem-se em garantias pessoais (avais e fianças) e reais (hipoteca e hipoteca), garantias intrínsecas ou gerais e garantias subsidiárias ou especiais (SILVA, 2008). Garantia pessoal - Garantia pessoal significa que apenas o devedor é obrigado a prometer o pagamento, e o credor está satisfeito com a garantia geral de que o devedor ou fiador pode fornecer ativos atuais e futuros, e há uma ou mais garantias que foram identificadas e relacionadas à garantia real. Ativos relacionados a dívidas, nas garantias pessoais, não existe tal correspondência, e todos os bens do devedor ou fiador não podem ser usados como

garantia de dívida e aqui Pode-se perceber que a garantia pessoal é melhor do que a caução porque é mais abrangente e inclui todos os bens do devedor ou fiador, mas os fatos mostram que, no que diz respeito às garantias pessoais, não há preferência pelos bens do devedor.

Silva (2008) entende que uma garantia é uma garantia de crédito subsidiária, que depende da obrigação subjacente em termos do seu conteúdo, restrições e forma, bem como da própria extinção. Garantia - é a garantia de pagamento (uma letra ou nota promissória ou cheque de uma das subcontratadas) prestada por terceiro ou mesmo pelo signatário do depósito em moeda estrangeira. O primeiro é denominado (fiador), e o último é denominado fiador (beneficiário) e uma garantia é muito semelhante a uma garantia, mas o fiador e o devedor são solidariamente responsáveis. A garantia é uma subsidiária. (SILVA 2008). A hipoteca envolve os direitos de propriedade para garantir o pagamento da dívida, enquanto a hipoteca envolve a entrega de objetos móveis para garantir a dívida. (TEIXEIRA (2008, p.5).

Garantia essencial ou garantia geral - provém da própria lei, especialmente o direito de executar os ativos do devedor; o mutuário está vinculado a certos procedimentos, que são expressos nos documentos que suportam a transação. (SOUSA, 2012). Garantia subsidiária ou garantia especial - fortalece o mecanismo de garantias internas, permitindo que as instituições financeiras se protejam de possíveis inadimplências (TAVARES, 2015). Essas garantias dividem-se em garantias pessoais (avais e fianças) e reais (hipoteca, hipoteca comercial e cobrança de rendas). Segundo Teixeira (2008), a existência de hipotecas ou outras garantias relacionadas com o negócio de crédito, embora possam constituir fatores favoráveis ao processo de tomada de decisão, não significam Atendendo a que a concessão de crédito deve basear-se no conhecimento pormenorizado do comportamento do crédito e da sua realidade económico-financeira, não existe necessidade de análise de risco propriamente dita, pelo que é imprescindível a obtenção e análise prévia dos respectivos elementos fiscais ou fiscais oficiais. TEIXEIRA (2008) acredita que a avaliação do risco de crédito reflete a diversidade, qualidade e fontes de informação disponíveis aos analistas de crédito. A qualidade da informação ocupa um lugar importante na análise económico-financeira da empresa cliente, pelo que deve ser relevante, fiável e comparável e essas características se devem à adoção de conceitos, princípios e padrões contábeis adequados, configurando assim uma situação financeira verdadeira e

adequada, pois informações insuficientes acarretarão perdas significativas para o banco (ZANATA et al., 2017).

A análise de crédito para medir certos riscos de crédito requer a coleta, análise e monitoramento das informações operacionais da empresa, portanto, esta é uma tarefa básica na determinação dos riscos de crédito. Segundo Schrikel (1997), para qualquer tipo de concessão de crédito, existem três etapas distintas. 1. Exposição retrospectiva- a primeira análise avalia o histórico dos possíveis tomadores, determina os principais tipos de riscos em suas atividades e como eles foram evitados no passado, e a situação atual dos tomadores pode condenar eventuais dificuldades no cumprimento de suas obrigações para com o credor. 2. Tendência - alcançar uma previsão segura da situação financeira futura do mutuário e a capacidade de arcar com um certo nível de dívidas pesadas. 3. Capacidade de crédito - como resultado das etapas acima, uma conclusão deve ser tirada sobre sua capacidade de crédito e a estrutura proposta na qual o empréstimo solicitado ou série de financiamentos futuros podem ser amortizados e o fluxo de caixa é usado no futuro, neste caso, o credor pode prevenir possíveis perdas ao máximo. A realização de análises de crédito exige que os profissionais sejam capazes de tomar decisões, avaliar situações incertas e analisar as informações de maneira razoável (SCHRIKEL, 1997).

Considerações Finais

Na discussão sobre risco moral e seleção adversa em intermediários de crédito, são consideradas várias teorias e pesquisas sobre a relação entre risco moral e seleção adversa no mundo do crédito. Da análise feita, pode-se concluir claramente que quando o tomador transfere crédito para outras atividades de alto risco (inferior ao contrato anteriormente firmado), surge o risco moral, pois isso pode levar a um maior retorno do investimento, no entanto, isso prejudicará o pagamento da dívida. O problema da seleção adversa acontece antes de se efetivar a assinatura do contrato, e uma parte tem um melhor entendimento do acordo a ser alcançado do que a outra parte. O risco de crédito tem uma relação direta com as atividades de crédito de bancos e outras instituições financeiras, e é também considerado o risco de inadimplência de certos ou de todos esses empréstimos. O risco de crédito decorre da capacidade insuficiente do devedor para cumprir, o que pode ser o resultado das próprias deficiências do devedor ou da falta

de vontade de fornecer suporte. A qualidade da informação ocupa um lugar importante na análise económico-financeira da empresa cliente, pelo que deve ser relevante, fiável e comparável, pelo que os bancos comerciais apenas desempenham o papel de correia de transmissão, que se encontra entre autoridades monetárias. intermediário. E agentes não financeiros.

Referências Bibliografica.

1. Aglietta, M. (1996), 'Défaillance des marchés financiers et risque systémique', Revue d'économie financière , nº 37 (3) pp 113-143.
2. ANDRADE, CRISTIANO RODRIGO -Basileia III -**Uma análise das novas recomendações do comité de supervisão bancaria sobre setor financeiro Brasileiro**. Dissertação de Mestrado (2014). Porto Alegre.
3. BONATT, ALEXANDRO REBELLO Gestão De Risco De Credito-Uma Abordagem Segundo a Teoria da Informação assimétrica. Monografia-ufrgs-Agosto 2003-BRASIL
4. BONFIM, [Diana](#); KIM, Moshe. Liquidity risk in banking: is there herding? [Working Papers](#) from [Banco de Portugal, Economics and Research Department](#). (2012). <https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/papers/wp201218.pdf>
5. Bonfim, D. (2006). Factores determinantes do risco de crédito: O contributo de características das empresas e da envolvente macroeconómica. Relatório de Estabilidade Financeira - Banco de Portugal, pp. 161-177.
6. BUENO, JOÃO VITOR -**A importância da análise e concessão de crédito**: estudo de caso em uma agroavícola de Cascavel – PR. (Universidade Paranaense – Unipar)
- MARTINS, MIRIAM ORTEGA. Alexandre Adilio Luiz da Silva³ (Universidade Paranaense.
7. Caiado, A. C., & Caiado, J. (2008). Gestão de Instituições Financeiras. 2ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo.
8. Carvalho, P. V. (2009). Fundamentos da Gestão de Crédito: Uma contribuição para o valor das organizações. Lisboa: Edições Sílabo.

9. COSTA, CARLOS ARRIAGA- **Métodos Qualitativos na Análise de Risco de Crédito** - Confiança e Credibilidade na Relação entre Bancos e Empresas- Universidade do Minho- Escola de Economia e Gestão. Campus de Gualtar 4710-583 Braga Portugal. (2001). [CA Costa - Universidade do Minho–Escola de Economia e Gestão, - eeg.uminho.pt](http://eeg.uminho.pt)
10. DIAMOND, DOUGLAS W and RAGHURAM, RAJAN, (2000), **A Teoryof Bank capital-Banks, short term debt and financial crises.**(working paper, University of Chicago.
11. Dymski, G. A. A Keynesian theory of bank behavior. *Journal of Post Keynesian Economics*, 10(4), Summer (1988).
12. FAMA, E.F. Banking and theory of finance. *Journal of Monetary Economics*, v.10, p.46, (1980). [[Links](#)]
13. GORTON, [Gary](#) ; PENNACCHI, George. **Financial Intermediaries and Liquidity Creation.** The journal of finance-1990. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1990.tb05080.x>
14. Gurley, J. & Shaw, E. Financial aspects of economic development. *American Economic Review*, 45(4), Sept. (1955).
15. KLEIN, M. A theory of banking firm. *Journal of Money, Credit and Banking*, 3, 1971
16. Kumar, R. (2014). *Strategies of Banks and Other Financial Institutions.* Elsevier Science.
17. MARKUS, K. Brunnermeier. PEDERSEN, Lasse Heje- Market **Liquidity and Funding Liquidity.** RFS Advance Access published December 10, 2008. http://scholar.google.com/scholar?q=BRUNNERMEIER; PEDERSEN, 2008&hl=pt-PT&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholart
18. PAULA, L.F.R (1999) Teoria da firma Bancária-uma Abordagem Não-convencional [Revista Brasileira de Economia, 1999 - bibliotecadigital.fgv.br](#)
19. PAULA, LUIZ FERNANDO RODRIGUES DE. **Dinâmica da Firma Bancária: Uma Abordagem Não convencional** - (IE/UFRJ). Artigo publicado na *Revista Brasileira de Economia*, v. 53, n. 3, p. 323-356, jul./set.(1999).

20. Risco moral no mercado de crédito. Administradores.com.br. (2009).
<https://administradores.com.br/artigos/risco-moral-no-mercado-de-credito>
21. SCHRICKEL, WOLFGANG KURT. **Análise de Crédito: Concessão e Gerência de Empréstimos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, (2000).
22. SENA-SILVA, NATASHA CILENE E SILVA GALINHA. **Gestão de Risco de Crédito das Pequenas e Médias Empresas em Cabo Verde**. Estudo De Caso Bca. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Gestão-2014. The New Basel Capital Accord Issued for comment - April (2003)-Bank for international settlements.
23. Silva, E. S., Mota, C., Queirós, M., & Pereira, A. (2013). Finanças e Gestão de Riscos Internacionais. Porto: Vida Económica.
24. SILVA, Verónica Marina Santos -**O crédito bancário às empresas e os procedimentos da análise financeira**. Relatório de estágio-2008-santander totta-UMINHO.
25. SIMÕES, Kelly . Risco moral e seleção adversa no mercado de seguros de saúde no Brasil: Evidências baseadas na PNAD (2003). maxwell.vrac.puc-rio.br
26. SOUSA, Lígia Soraia Dias- **Análise e Avaliação do Risco de Crédito Bancário nas PME's** – Utilização do modelo de rating --Dissertação de mestrado (2012).
portaldoconhecimento.gov.cv
27. STIGLITZ. E. Joseph.; WEIS, Andrew - **Racionamento de Crédito em Mercados com Informação Imperfeita**. The American Economic Review, Vol. 71, No. 3. (Jun., 1981).
28. TEIXEIRA, José Jerónimo Pinto -**Soluções de crédito bancário às empresas-Na Perspectiva dos Bancos**. Relatório De Estágio-Banco Português de Investimento. (2008). UMINHO.
29. Tobin, J. The commercial banks as creators of "money". In: Essays in Economzcs. Cambridge, MIT Press, (1987). V. 1.

SITES

1. https://pt.wikipedia.org/wiki/Empreendedorismo_para_o_Desenvolvimento_Sustent%C3%A1vel
2. https://pt.wikipedia.org/wiki/Risco_moral
3. <https://www.sites.google.com/site/aiesctarquivo/teoria-da-arte-como-imitacao>
4. <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/12/27/financiamento-da-casa-propria-imovel-como-funciona.htm>
5. <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/formacao-continuada-processo-desenvolvimento-profissional.htm>
6. <https://escolakids.uol.com.br/geografia/desmatamento-causas-e-consequencias.htm>
7. <https://www.joserobertoafonso.com.br/attachment/6891>
8. <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/formacao-continuada-processo-desenvolvimento-profissional.htm>
9. <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/a-importancia-auditoria-interna-como-instrumento-controle-administrativo-financeiro-empresa.htm>
10. <https://www.passeidireto.com/arquivo/68668198/fmu-atividade-2>